

## **Desenvolvimento e dependência: apontamentos a partir da obra de Furtado e da teoria marxista**

Élbio Maier Ozorio<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O presente trabalho visa analisar a ideia de Furtado e da teoria marxista acerca do conceito de desenvolvimento. Demonstra-se que este é considerado como um processo para ambas as correntes teóricas, mediado por transformações econômicas, sociais e políticas. Primeiramente, é apresentado a questão de desenvolvimento em Furtado, o qual não limita o desenvolvimento à um modelo padrão, aplicável para qualquer país, independente do momento histórico; pelo contrário, o desenvolvimento se apresenta de distintas formas a depender do lugar e da situação. Também, discute-se o processo de desenvolvimento brasileiro. Em seguida, é analisado aquilo que pode ser entendido como desenvolvimento dentro dos escritos de Marx, para em seguida analisar o caso brasileiro com o instrumental marxista. Por último, é avaliado em quais sentidos o pensamento furtadiano se aproxima do marxismo, e em quais outros eles se afastam.

**Palavras-chave:** Dependência. Desenvolvimento. Marxismo

### **Abstract:**

The present work aims to analyse Furtado's idea and the Marxist theory about the concept of development. It is shown that this is considered as a process for both theoretical currents, mediated by economic, social and political transformations. First, the issue of development in Furtado is presented, which does not limit development to a standard model, applicable to any country, regardless of the historical moment; contrariwise, development presents itself in different ways depending on the place and situation. Also, the Brazilian development process is discussed. Next, what can be understood as development within Marx's writings is analysed, and then the Brazilian case with the Marxist instruments is analysed. Finally, it is evaluated in which senses Furtadian thought approaches Marxism, and in which others they depart.

**Keywords:** Dependence. Development. Marxism.

## **1. Introdução**

A questão do desenvolvimento econômico apesar de ser antiga, permanece atual para a teoria econômica de modo geral e, em particular, para a brasileira. Percebe-se, pois, que é uma questão

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

histórica ainda não superada no âmbito mundial e nacional. Diversos são os autores que escreveram sobre o problema do desenvolvimento na economia brasileira, e dentro destes, merece destaque as contribuições de Celso Furtado, que alçaram o autor ao patamar de clássico.

Sua produção teórica é vasta, e o tema de desenvolvimento consta em diversos de seus livros. Aqui, de forma sucinta, será apresentada a visão do autor sobre o conceito de “desenvolvimento”, lembrando que Furtado cumpriu um papel importante, e relativamente pioneiro, ao destacar que o subdesenvolvimento não deve ser considerado como um “atraso” de determinadas economias, pois, esta ideia poderia implicar que a questão central para as economias subdesenvolvidas se tornarem desenvolvidas é o fator *tempo*. Para Furtado (1961), o subdesenvolvimento, quando entregue as forças espontâneas do mercado, tendia a se reproduzir, aumentando as desigualdades entre países e regiões<sup>2</sup>. Dito isto, depreende-se que era necessário a atuação de uma força que ia além dos interesses imediatos do mercado.

A ideia comum acerca do conceito de desenvolvimento parece de fácil intuição: é algo que vai além do crescimento econômico, que diz respeito ao avanço da tecnologia, da implementação de máquinas e ferramentas mais produtivas, da melhoria da técnica de produção, do aprofundamento da divisão do trabalho, esta última, que desde os tempos de A. Smith (1983) demonstrou-se que ela ocupa um papel especial no aumento da produtividade. Ainda, a ideia de desenvolvimento também pode estar relacionada a suposição de que este trás melhores condições de vida para uma certa população. Em suma, pode ser entendido como uma transformação nas formas de produção, indo de um estágio inferior para outro superior, com técnicas mais avançadas de produção, e uma maior proporção de capital por trabalhador.

Entretanto, para compreender a questão do desenvolvimento em sua totalidade, é necessário ir além de suas consequências, ou seja, da forma como este se manifesta. Para isto, é preciso buscar suas raízes e causas; indagar quais são os fatores determinantes do processo desenvolvimento. Será que este apresenta sempre a mesma dinâmica, ou esta pode variar de acordo com o lugar e o período histórico?

Com o intuito de aprofundar estes questionamentos, será apresentado a visão de Furtado sobre o processo de desenvolvimento. Em seguida, mostrar-se-á os elementos da teoria marxista que dialogam com o processo de desenvolvimento. Em ambos os casos, serão utilizados exemplos da história brasileira para demonstrar a consistência da teoria com a experiência concreta.

---

<sup>2</sup> Tal preocupação do autor com o subdesenvolvimento e desenvolvimento ia para além da questão teórica, visto que ela também pode ser vista na participação direta de Furtado na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que buscava desenvolver a região, reduzindo a desigualdade existente entre o Nordeste e as regiões mais avançadas do país.

## 2. A questão do desenvolvimento em Furtado

O processo de desenvolvimento não pode ser considerado a-histórico, visto que este não se apresenta da mesma forma para as diferentes sociedades. Por exemplo, o motor do desenvolvimento do capitalismo comercial é diferente daquele do industrial (ou do feudalismo, escravismo, etc.). A definição de desenvolvimento fornecida por Furtado (1983, p. 135), é de que “observado do ângulo de uma economia nacional, o desenvolvimento se apresenta como um processo de modificação nas estruturas e como uma expansão do fluxo da renda real por unidade do fator trabalho.”; também, “o conjunto dessas modificações decorrentes da elevação da produtividade média do fator trabalho, as quais ao adquirir certa permanência se assimilam à estrutura, constitui o processo de desenvolvimento” (FURTADO, 1983, p. 79). Por último, em uma nota de rodapé, Furtado (1983, p. 149) afirma que a maior participação do setor avançado, não deve prejudicar a articulação do sistema, “[...] isto é, sem que aumente o grau de dependência externa. [...] o conceito de desenvolvimento implica uma autonomia crescente de decisões.”.

Percebe-se que a questão do desenvolvimento está diretamente ligada – mas não apenas – aos fatores do âmbito da oferta<sup>3</sup>, que dizem respeito às técnicas de produção, das condições tecnológicas presentes nas unidades produtivas (máquinas e equipamentos mais produtivos), da forma de organização da produção, etc. Este é um ponto importante na passagem do “capitalismo comercial” para o “capitalismo industrial”, conforme Furtado (1983, p.126) destaca, pois, neste processo os custos de produção passam a ocupar um lugar central na obtenção de maiores lucros (excedente). Dessa forma, a dinâmica econômica foi transformada, e, portanto, também a forma de obtenção do excedente

Nesta passagem, os custos de produção se tornaram elemento central. Inicialmente, isto foi feito por meio da redução salarial, fator que era mais relevante com a existência de técnicas rudimentares de produção. Com a evolução das forças produtivas e da divisão do trabalho o autor aponta que os empresários “[...] perceberam sem tardança que, modificando os métodos de produção, dividindo melhor o trabalho, introduzindo instrumentos mais adequados, poder-se-ia ir bem mais longe que simplesmente cortando nos salários” (FURTADO, 1983, p. 126). A empresa (unidade produtiva) tem uma condição imposta para a sua sobrevivência em um sistema de “livre-empresa”, ela precisa diminuir seus custos de produção, e para isto busca incessantemente formas

---

<sup>3</sup> Conforme Furtado (1983, p. 143), a demanda (procura) ocupa um papel “ancilar”, ou sejam secundário dentro do processo de desenvolvimento.

mais eficientes de produzir, ou seja, de aumentar a produtividade. Neste sentido, ela não almeja apenas a sua sobrevivência, mas necessariamente a expansão dos seus negócios.

Essa explicação histórico-teórica do desenvolvimento diz respeito à experiência da economia industrial europeia; e, na “terceira linha de expansão” desta indústria (europeia), Furtado (1983, p. 142) aponta que ela se orientou para regiões já ocupadas, com estruturas sociais arcaicas, com o objetivo de fomentar a produção de matérias-primas, pois, a demanda por estas mercadorias crescia nos centros industriais. Isto acarretou o desenvolvimento de “estruturas dualistas” nestas regiões, na qual uma respondia na forma de organização baseada na maximização dos lucros (lado moderno), e a outra sustentava formas pré-capitalistas de produção. Conforme o autor, seria esta estrutura dualista que estaria na origem da manifestação contemporânea do subdesenvolvimento.

O Brasil se enquadra nesta situação. O autor caracteriza nosso país como uma “economia subdesenvolvida de grau superior”, na qual coexistem três setores, sendo o primeiro o de subsistência; no segundo, estão as atividades relacionadas ao comércio exterior, e; por último, são existem as atividades ligadas ao mercado interno, as quais produzem para o consumo de forma geral. Também, a estrutura econômica subdesenvolvida mais complexa pressupõe a existência de um núcleo industrial conectado ao mercado interno. Este núcleo industrial, nasce ligado às atividades agroexportadoras e seu desenvolvimento parece estar diretamente relacionado ao crescimento destas, visto que a expansão do setor exportador (e de seus lucros) são “multiplicados” internamente, por meio da indústria conectada ao mercado interno. Ao mesmo tempo ela é limitada pela capacidade de importar, a qual também aumenta com a expansão das divisas advindas da exportação. Entretanto, a partir da existência de um certo grau de diversificação da estrutura industrial, a relação entre indústria e setor agroexportador sofre uma alteração com o irrompimento de uma crise no setor agroexportador.

A partir da queda da demanda externa, com a redução dos preços dos produtos exportados, ocorre a desvalorização cambial e a diminuição da capacidade de importar. Como resultado destes últimos dois elementos, a posição de competição da indústria interna<sup>4</sup> melhora frente à indústria externa. Nesta nova situação, é possível que o momento de crise econômica do setor agroexportador

---

<sup>4</sup> Aqui, Furtado está analisando a forma de desenvolvimento da economia brasileira, mais precisamente, da relação que existia entre o setor cafeeiro exportador e a indústria voltada para o mercado interno. Isto foi feito pelo autor, inicialmente, na sua obra célebre, *Formação Econômica do Brasil*, em que Furtado (2020) descreve de minuciosamente como ocorreu a crise do café e de que modo isto possibilitou um maior florescimento industrial. Além do mais, este processo também é muito bem analisado por Versiani e Versiani (1975), onde é demonstrado concretamente que os momentos de expansão da produção industrial são diferentes daqueles de aumento dos investimentos – sendo os investimentos em capital fixo realizados quando ocorre expansão do setor agroexportador e valorização cambial, enquanto o aumento da produção se dá nas conjunturas de crise e desvalorização cambial, possibilitando maior competitividade da indústria interna em relação aos produtos manufaturados importados.

ganhe uma nova forma de propagação interna, com a ampliação da produção industrial, por meio da substituição das importações. Importante lembrar que esta não é uma reposta automática e universal, ou seja, não configura um método de desenvolvimento aplicado para qualquer país e período histórico, mas necessita de condições concretas para ocorrer.

A etapa superior do subdesenvolvimento é atingida quando o país passa a produzir internamente parte dos bens de capital. Isto não significa que o núcleo industrial passou a ser o elemento central que dá dinamicidade à economia, mas este passa a fornecer maior autonomia e permite que o crescimento seja prolongado por mais tempo, visto que nos momentos de queda da capacidade de importação, parte da procura por bens de capital pode ser encontrada na oferta interna. Nas palavras de Furtado (1983, p. 146)

Sintetizando: o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas. É, em si, uma situação particular, resultante da expansão das economias capitalistas, visando a utilizar recursos naturais e de mão-de-obra de áreas de economia pré-capitalista. [...] O caso mais complexo [de subdesenvolvimento] é aquele em que a economia apresenta três setores: um, principalmente de subsistência; outro, voltado sobretudo para a exportação, e o terceiro, como um núcleo industrial ligado ao mercado interno, suficientemente diversificado para produzir parte dos bens de capital de que necessita a economia para desenvolver-se.

A questão é aprofundada por Furtado (1983, p. 156) ao inserir um novo elemento que se faz presente nas economias subdesenvolvidas: o dualismo. Este é definido como a coexistência de duas formas de produção em uma determinada economia, sendo uma capitalista e a outra não capitalista, como, por exemplo, a agricultura de subsistência. Ou seja, esta etapa se faz presente ainda nas economias coloniais, entretanto, o autor aponta que “seria errôneo imaginar que a liquidação do dualismo, ou seja, a transformação total da mão-de-obra em assalariados do setor capitalista, seria causa suficiente para fazer desaparecer o subdesenvolvimento”. Apesar de não ser o objeto de estudo a questão do subdesenvolvimento nas economias coloniais, é válido colocar que a melhora desta condição está vinculada ao aumento da autonomia dos agentes locais na utilização da renda e do excedente<sup>5</sup>.

A industrialização nos países dualistas dá seus primeiros passos por meio da substituição de produtos importados. Este é um processo gradual, que tem o seu início pela substituição daquelas mercadorias que são mais “fáceis” de serem produzidas internamente, ou seja, que exigem uma técnica mais rudimentar de produção e uma menor dotação de capital. Ao longo da industrialização

---

<sup>5</sup> É interessante notar que a questão do subdesenvolvimento está diretamente relacionada ao tema da utilização do excedente no âmbito do território nacional. Percebe-se que isto vai ao encontro do que é colocado por Florestan Fernandes (2008), ao sublinhar que a Abertura dos Portos (1808), e a Independência (1822), foram acontecimentos importantes para diminuir a condição heteronômica, ao internalizar a utilização de parte do excedente que antes era apropriado por agentes externos.

o setor agroexportador permanece com uma importância relativa, pois, segue fornecendo as divisas necessárias para a importação de novas mercadorias que antes não eram demandadas. Por exemplo, para substituir parte do vestuário que era importado e passou a ser produzido internamente, é necessário a obtenção de mais máquinas e equipamentos (bens de capital) para este setor, ou de insumos que não são fabricados na magnitude necessária internamente; assim, da mesma forma que a estrutura produtiva interna está se modificando, o conjunto das importações também é constantemente alterado.

Um elemento interessante apontado por Furtado (1983, p. 174) é que com o crescimento da renda per capita também cresce a participação relativa da indústria no produto global. O crescimento da renda que se relaciona ao processo de desenvolvimento adquire a forma de diversificação da demanda, “[...] e uma das características dessa diversificação é o aumento mais que proporcional da procura de produtos manufaturados.”. É perceptível a ideia de um ciclo virtuoso, visto que a indústria multiplica a renda advinda do setor agroexportador, e o seu desenvolvimento responde positivamente à elevação da renda global.

O processo descrito demonstra a operação de uma transformação na estrutura produtiva, pois, a indústria está ganhando maior participação relativa no produto social. A segunda mudança estrutural citada por Furtado (1983, p. 175) ocorre dentro da esfera industrial. Basicamente, é possível categorizar a indústria em três grandes setores: a) o produtor de bens de capital; b) aquele que fabrica bens intermediários, como insumos e matérias-primas; c) o produtor de bens de consumo. Com o progresso da indústria, ocorre uma modificação na composição destes setores, em que o produtor de bens de capital possui uma maior taxa de crescimento, enquanto o setor produtor de bens intermediários apresenta a segunda maior taxa e, por último, o ramo produtor de bens consumo apresenta o menor crescimento entre os três.

Historicamente, tomando a experiência de alguns países da América-Latina, e especialmente o caso brasileiro (devido aos limites deste trabalho), a industrialização por substituição das importações foi acompanhada pelo declínio do coeficiente de importação. Por exemplo, em nosso país este coeficiente caiu de 11,3% em 1929, para 7,3% em 1950, ao passo que a produção industrial aumentou 370% no mesmo período (FURTADO, 1983, p. 178).

Ocorre, nesse caso, uma dupla modificação da estrutura produtiva. A primeira citada, diz respeito à maior participação da indústria no produto<sup>6</sup>, enquanto a segunda remete às transformações

---

<sup>6</sup> Acerca disto, Arend (2015) aponta que inicialmente com o aumento da renda nos países capitalistas, a esfera industrial ganhou maior peso relativo no produto social. Em um segundo momento, com uma renda per capita mais elevada, a transformação da estrutura produtiva se dá em direção aos serviços. Assim, em um contexto de elevada renda per capita, com uma estrutura complexa industrial, que se verifica o fenômeno da “desindustrialização”, o qual foi descrito inicialmente para as economias avançadas, sem ser algo contraditório com o desenvolvimento. Por outro

dentro da esfera industrial, como o maior crescimento do setor de bens de capital. Entretanto, a maior diferenciação estrutural resultante da industrialização via substituição das importações não é uma condição suficiente para o desenvolvimento estável, conforme Furtado (1983, p. 180)

[...] a diferenciação estrutural obtida pela industrialização substitutiva de importações é causa necessária mas não suficiente para alcançar um desenvolvimento estável. Reencontramos, assim, o problema fundamental já referido: o comportamento das economias subdesenvolvidas não pode ser explicado sem que se tenham em conta as normas que regem sua inserção no sistema econômico internacional. Em conclusão: uma teoria do subdesenvolvimento pressupõe algumas hipóteses explicativas do fenômeno da dependência externa.

Este fenômeno citado por Furtado está relacionado à assimetria do desenvolvimento entre os países. Para evidenciar esta diferença, se utilizam os seguintes conceitos: países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, ou países do “centro” e da “periferia”. Neste sentido, o desenvolvimento periférico estaria relacionado à diversificação do consumo de uma minoria, que mesmo representando algo próximo de 10% da população total, ela possui grande relevância. Isto ocorre por meio uma transposição do padrão de consumo existente nos países “cêntricos” para os “periféricos”, engendrando um novo dualismo, conforme destaca Furtado (1983, p. 181-183), pois, para produzir internamente os bens de consumo desta minoria, é preciso técnicas avançadas (semelhantes àquelas utilizadas no países centrais), as quais necessitam maior utilização do fator capital. Como resultado, o capital utilizado estaria concentrado no setor que produz bens de consumo para uma minoria, enquanto o setor que produz os bens consumo para a maior parte da população seria mais atrasado, com técnicas mais rudimentares de produção, impedindo uma difusão mais ampla da tecnologia. Ou seja, o *desenvolvimento dependente* estaria limitado para uma pequena parcela da população. Em suas palavras

Como é através da elevação do coeficiente de capital que se difunde o progresso tecnológico nas formas de produzir, não será de surpreender que a um processo intenso de transplantação de atividades industriais ligadas à minoria rica corresponda uma lenta difusão de técnicas modernas nos demais segmentos do sistema produtivo. (FURTADO, 1983, p. 184).

Do ponto de vista global do sistema capitalista, ocorre uma transferência do setor que produz bens para essa minoria do centro em direção à periferia. Entretanto, estas mercadorias seguem sendo “criadas” nos países desenvolvidas, e apenas produzidas nas economia subdesenvolvidas. A diferenciação da “criação” e da produção, diz respeito ao centro estabelecer os padrões de consumo,

---

lado, a desindustrialização de países que não atingiram uma alta renda per capita, pode ser vista como um elemento problemático e um fator limitante do desenvolvimento econômico.

enquanto a periferia importa este padrão dos países dominantes. O autor também afirma que devido ao fato deste setor produtor de bens de consumo para uma minoria ser o mais avançado (dentro do setor de bens de consumo), ele é o responsável primário (juntamente com o papel do Estado) pelo crescimento das economias subdesenvolvidas ao longo do processo substitutivo de importações (FURTADO, p. 183-185). Dessa forma, a penetração de novos padrões de consumo advindos do centro desempenha um papel importante nesta etapa do desenvolvimento.

Por outro lado, quando a forma de industrialização por substituição das importações atinge seu limite, e ao mesmo tempo surge no cenário mundial uma “nova economia internacional”, em que as empresas dos países centrais controlam de forma hegemônica a difusão de novas técnicas produtivas, o desenvolvimento nos países periféricos adquire uma nova dinâmica. Nesta nova etapa, as grandes empresas transnacionais ganham maior participação no processo de desenvolvimento nas nações subdesenvolvidas.

Anteriormente, parte considerável do fluxo de moeda estrangeira vinda para os países periféricos estava concentrada em empréstimos, ou, em investimentos em infraestrutura ferroviária<sup>7</sup>. Neste momento, o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas foi alicerçado na industrialização substitutiva de importações; de forma particular, este é o caso do Brasil. Aquilo que Furtado (1983, p. 185) chama de “a nova economia internacional” está relacionada a uma nova etapa da exportação de capitais dos centros econômicos em direção à periferia, passando a abranger a exportação de capital produtivo, ou seja, por meio da instalação de unidades produtivas controladas por empresas estrangeiras.

Isso configura a nova dinâmica do processo de desenvolvimento, ou seja, uma nova relação entre o centro e a periferia. Nesta etapa superior – visto que ambos os polos da relação apresentam maior grau de complexificação da estrutura produtiva interna – a relação de dependência da periferia com o centro é estreitada. Isto ocorre por causa da maior penetração estrangeira por meio da empresa multinacional. Esta, detém o controle das técnicas produtivas mais avançadas e apresenta uma grande concentração de capital. Assim, o desenvolvimento das economias subdesenvolvidas passa a contar de forma crescente com a elevação da participação do capital estrangeiro.

A contrapartida da entrada deste capital ocorre por meio do aumento da renda enviada ao exterior, através da remessa de lucros, dividendos, pagamento de juros e royalties. Isto pode acarretar diversos problemas, os quais podem ser mitigados em momentos de forte expansão econômica, ainda que isto ocorra conjuntamente ao crescimento da dívida. Entretanto, quando as taxas de crescimento começam a declinar, a capacidade de pagamentos internacionais das

---

<sup>7</sup> Com exceção das economias de enclave, em que geralmente ocorria o controle da produção nacional por empresas estrangeiras (FURTADO, 1983).

economias subdesenvolvidas também segue na mesma direção, podendo instaurar uma crise por falta de divisas.

A saída que o sistema encontraria para esta situação seria a possibilidade de abrir linhas de comércio, onde os países periféricos exportariam mercadorias com intensidade tecnológica mais baixa para os países centrais. Assim, o problema da falta de divisas seria mitigado, entretanto, esta nova divisão internacional do trabalho configuraria uma situação em os países periféricos experimentassem uma absorção limitada da tecnologia mais avançada. Em síntese, Furtado (1983, p.187) escreve

[...] a linha de menor resistência parece estar na abertura dos mercados dos 'centros' aos produtos manufaturados de tecnologia menos dinâmica da 'periferia'. Restabelece-se, assim, em outras bases, o sistema de divisão internacional do trabalho, fundado nas vantagens comparativas: os países subdesenvolvidos absorveriam menos progresso tecnológico por unidade de investimento que os desenvolvidos, mas, podendo ter acesso a uma parcela crescente do mercado destes últimos, encontrariam condições para prosseguir com o desenvolvimento dependente. Esse processo não evita que a distância entre os níveis de produtividade de 'centro' e 'periferia' aumente, mas cria condições para que funcione a economia internacional sob o controle das grandes empresas.

O outro caminho possível está circunscrito à busca de autonomia nacional, em que o instrumento estatal ganha grande relevância para atingir tal objetivo. Neste sentido, isto envolveria algumas formas de atuação deste aparelho, como a apropriação de parte dos lucros das empresas estrangeiras, inclusive, a estatização daquelas que estão no setor primário; a submissão das grandes empresas multinacionais aos interesses econômicos e políticos, como a integração tecnológica; a seleção das técnicas de produção, tendo em vista objetivos sociais explícitos; cooperação entre os diferentes países produtores de mercadorias primárias, para controle da comercialização. (FURTADO, 1983, p. 187).

Em suma, acerca do que foi apresentado sobre o entendimento de Furtado em relação à questão do desenvolvimento, é possível notar que este é um fenômeno histórico e pode apresentar múltiplas determinações, a depender da situação concreta da economia em questão. Também, não pode ser compreendido analisando apenas um país (ou região), pois, é necessário investigar as suas condições internas, bem como a relação deste país com o resto do mundo; o estado da divisão internacional do trabalho, o momento do mercado internacional, os interesses das grandes empresas situadas no países centrais, etc. Fica nítido que não existe um modelo universal para o desenvolvimento, ao mesmo tempo, que este está relacionado à maior autonomia de um país para efetuar decisões econômicas e políticas, aumento do estoque de capital, melhoria da produtividade, avanço das técnicas de produção e complexificação da estrutura produtiva.

### 3. A questão do desenvolvimento em Marx e na teoria de dependência de Cardoso e Faletto

A visão de Celso Furtado sobre o processo de desenvolvimento não é marxista, apesar de compartilharem algumas visões semelhantes, ou próximas. Por exemplo, para Furtado, o desenvolvimento está relacionado ao aumento do estoque de capital, melhoria das técnicas de produção e avanço tecnológico. Para Marx, o processo de desenvolvimento também está relacionado ao avanço das forças produtivas<sup>8</sup>, o qual ocorre conjuntamente ao processo de acumulação. No primeiro livro de *O Capital*, Marx (2013) demonstra que no processo de acumulação de capital, ocorre o aumento da composição orgânica do capital, ou seja, o incremento de capital constante (máquinas, equipamentos, insumos e instalações) é maior do que o aumento do capital variável (força de trabalho) no processo produtivo. Dessa forma, a proporção entre capital constante e trabalho vivo cresce em favor do primeiro, sendo que ambos crescem em termos absolutos.

No processo de acumulação, também é apontado que existe uma tendência de concentração de capital por meio da concorrência, em que as empresas com maior composição orgânica conseguem produzir as mercadorias com um menor valor e, dessa forma, desbancar aquelas que possuem técnicas mais rudimentares de produção. Isto ocorre principalmente nos momentos de crise, que são identificados pela queda da taxa lucro<sup>9</sup>. As empresas que se mostram mais capazes de permanecer vivas em um período de crise, geralmente são as que possuem maior capacidade produtiva, devido aos ganhos de escala – apesar disso não ser uma regra, visto que nada impede que grandes empresas fechem as portas em uma conjuntura de crise econômica.

O processo de acumulação de capital descrito por Marx (2013) e aprofundado por Marx (2014), por meio de seus esquemas de reprodução simples e ampliada, pode ser colocado da seguinte maneira:

$$D - M \dots P \dots M' - D'$$

O movimento tem início com D (dinheiro) que compra M (meios de produção), e realiza-se o processo produtivo (P), resultando em uma nova mercadoria (M'), grávida de mais-valor, e esta é preferencialmente vendida por um valor monetário maior daquele inicialmente empregue. Dessa forma, capital é o movimento ininterrupto, em que D se transforma em D', e um novo processo produtivo se inicia com D'. A acumulação de capital, ou a reprodução ampliada do capital, ocorre

---

<sup>8</sup> Por forças produtivas compreende-se a técnica de produção, a profundidade da divisão do trabalho na sociedade, e a capacidade produtiva das máquinas e equipamentos utilizados no processo produtivo, bem como o grau de instrução da força de trabalho.

<sup>9</sup> Para um detalhamento mais aprofundado sobre “A lei da queda tendencial da taxa de lucro”, ver Marx (2017), especialmente a Seção III, onde constam os capítulos 13, 14 e 15.

quando o novo ciclo é iniciado com uma quantidade monetária maior daquela anteriormente utilizada. Em outras palavras, é quando parte do mais-valor extraído é reutilizado no processo produtivo<sup>10</sup>.

Percebe-se que uma variável chave para determinar a magnitude da acumulação do capital diz respeito ao mais-valor extraído dos trabalhadores, visto que quanto maior a magnitude deste, maior será a possibilidade de ampliar a produção<sup>11</sup>. Dessa forma, o grau de exploração dos trabalhadores vai influenciar diretamente na acumulação. Inicialmente, a exploração dependia fundamentalmente daquilo que Marx denominou de mais-valor absoluto, o qual está relacionado à extensão da jornada de trabalho, e no pagamento de menores salários aos trabalhadores. Tal questão é também mencionada por Furtado (1983), onde o autor argumenta que devido as condições mais rudimentares de produção, o aumento da extração de excedente depende fundamentalmente do pagamento de salários mais baixos e da extensão da jornada de trabalho.

Com o desenvolvimento das forças produtivas, a capacidade de exploração dos trabalhadores pelos capitalistas ganhou um novo ímpeto: ao invés de elevar a jornada de trabalho (ou reduzir salários), com o incremento da técnica de produção (maior divisão do trabalho<sup>12</sup>), por meio de máquinas e equipamentos mais modernos, é possível alterar a relação entre tempo de trabalho necessário e trabalho excedente da jornada de trabalho. Isto quer dizer, por exemplo, em termos concretos, que uma jornada de trabalho de 8 horas, sendo 4 horas tempo de trabalho necessário, e as outras 4, excedente, com o avanço das forças produtivas, esta proporção pode ser alterada, digamos, para 5 horas de trabalho excedente, e 3 horas de trabalho necessário. Assim, o mais-valor cresce sem, entretanto, reduzir os salários, ou aumentar a jornada de trabalho em termos absolutos; o que ocorre, é uma modificação relativa, por isso, denomina-se mais-valor relativo. Por último, Marx (2013, p. 707), aponta que “[...] a produção do mais-valor relativo revoluciona inteiramente os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais.”

A partir do conceito de mais-valor relativo, é possível apontar com maior precisão a ideia contida de desenvolvimento em Marx. É possível perceber que o mais-valor relativo está diretamente vinculado ao *desenvolvimento das forças produtivas*, visto que estas ocupam um lugar

---

<sup>10</sup> Parece mais preciso colocar que apenas parte do mais-valor é utilizado produtivamente, visto que ele é dividido em consumo produtivo e consumo improdutivo; este último, é necessário para a reprodução do dono dos meios de produção.

<sup>11</sup> Está não é a única forma de aumentar a reprodução ampliada do capital, mas ela é fundamental. Com o desenvolvimento do capitalismo, novos métodos se demonstraram necessários para acelerar a ampliação do capital, como o capital bancário, e por último, a fusão deste com o capital industrial, criando o capital financeiro – o qual representou um grande impulso para a acumulação de capital a nível mundial, contribuindo a formação dos grandes monopólios. Acerca deste processo, ver Lênin (2021).

<sup>12</sup> Exemplo clássico de como a divisão do trabalho pode apresentar ganhos substanciais de produtividade pode ser encontrado em Adam Smith (1983), no exemplo da fábrica de alfinetes.

central na ampliação da acumulação de capital, portanto, na reprodução ampliada do mesmo. Dessa forma, desenvolvimento diz respeito ao avanço das forças produtivas, processo que é contraditório e espoliativo, como é demonstrado nos capítulos 24 (que trata da acumulação primitiva de capital) e, no capítulo 13, que aborda o desenvolvimento da maquinaria e da grande indústria.

Outra questão central do desenvolvimento que pode ser encontrada na obra de Marx, diz respeito ao papel da “indústria”. Cabe notar, que esta não é de fácil definição dentro da obra marxista, nem tem o mesmo significado daquele utilizado pelas Contas Nacionais. Por isso, parece adequado citar diretamente os comentários de Marx (2014, p. 143) sobre o tema: “[...] é o único modo de existência do capital em que este último tem como função não apenas a apropriação de mais-valor ou de mais-produto, mas também sua criação.”. Por conseguinte, é possível notar que o capital industrial se diferencia das outras formas de capital pela sua qualidade de *criar mais-valor*, enquanto as outras formas de capital (comercial e bancário) se apropriam do mais-valor criado dentro da indústria. Também, naquela época, Marx (2014, p. 144) já apontava que a indústria não se restringia aos setores econômicos produtores de mercadorias tangíveis, também incluindo

[...] ramos autônomos da indústria em que o produto do processo de produção não é um objeto novo, uma mercadoria. Dentre esses ramos, o único economicamente importante é a indústria das comunicações, seja ela a indústria do transporte (de mercadorias e de pessoas), seja a da mera transferência de informações, cartas, telegramas etc.

Dessa forma, quando se pensa em desenvolvimento em Marx, este está necessariamente vinculado ao mais-valor relativo, ou seja, ao desenvolvimento da forças produtivas como alavanca da extração de quantidades cada vez maiores de mais-valor, especialmente no setor industrial.

Realizado os apontamentos de caráter mais abstrato, é possível passar à análise concreta do desenvolvimento brasileiro. O presente estudo irá privilegiar o momento histórico em que a indústria ganha relevância para a dinâmica econômica do país, ou seja, após a Grande Depressão (1929), especialmente a partir de 1933, momento em que o crescimento industrial ganha novo ímpeto, em magnitude e consistência, como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 1: taxa anual do crescimento industrial no Brasil.

1905/12	8
1911/13-1917/19	3,6
1920/22	6,2
1922/26	0
1927/28	9
1929/32	0
1933/36	14,1
1937/41	8,3
1942/45	4,3

1946/7	9,3
1948/52	8,8
1953/57	8,1
1958/62	11,2
1963/67	2,9
1968/74	12,2

Fonte: Suzigan (1975)

Por outro lado, como os dados acima mostram e, também, a literatura econômica evidencia, a indústria brasileira não nasceu em 1930, ela já existia anteriormente, e neste sentido, cabe mencionar alguns aspectos do desenvolvimento econômico pré-1930. Para tal objetivo, utiliza-se as contribuições de Florestan Fernandes (2008), visto que nesta obra o autor demonstra como a Abertura dos Portos (1808) e a Independência do Brasil (1822) contribuíram para a internalizaram de parte do excedente. Como naquela conjuntura (colonial), a maior parte da produção era voltada para o mercado externo, e o excedente era utilizado para a importação de produtos, obtinha-se um baixo dinamismo da economia brasileira, que também era limitado por causa da hegemonia do modo de produção escravista. Entretanto, os dois fatos históricos mencionados acima possibilitaram o florescimento do capital comercial, localizado nos centros urbanos próximos das regiões de importação e exportação. Sobre isto, Florestan (2008, p. 85) afirma

Assim, ao mesmo tempo em que desapareciam os focos de heteronomia econômica, social e política, regulados pela vigência do estatuto colonial, surgiam novos padrões de organização interna do fluxo da renda. Esta deixou de ser canalizada normalmente para fora; e ganhou um suporte social interno, os agentes econômicos que controlavam a grande lavoura e, em seguida, também os que controlavam o ‘grande comércio’ (ou seja, a exportação e a importação). Limitando-nos ao essencial: 1º) a internalização do fluxo da renda forçou, de modo direto, a diferenciação dos papéis econômicos; 2º) ela também contribuiu para modificar a composição do sistema econômico.

Aliado a estes acontecimentos, também está ocorrendo o processo da abolição da escravidão, que ganha corpo com a Lei Eusébio de Queiroz (que proibia o tráfico de escravos), e, por fim, na Lei Áurea, de 13 de maio de 1888. Dessa forma, o trabalho livre passa a ganhar maior relevância dentro das fronteiras brasileiras, inclusive, com a vinda massiva de imigrantes europeus. Como consequência, a demanda interna por determinadas mercadorias – como vestimentas – ganha importância, criando condições propícias para o surgimento de uma indústria têxtil (e de outros produtos manufaturados, necessários à reprodução da força de trabalho que não possui os meios necessários à sua subsistência, para além da venda de sua força de trabalho).

De acordo com Prado Jr. (1970), ocorre um surto de atividades a partir da década de 1850, que não se interrompe mais. É um período de crescente complexificação da estrutura produtiva, com

a multiplicação em um ritmo crescente dos setores industrial, comercial e agrícola; enquanto a concentração de capitais ganha volume. A acumulação advém, em sua grande parte, da agricultura. Com a progressiva substituição do trabalho escravo pelo livre, uma parte do capital que antes era destinada à compra de escravos é liberada para ser investida em outros meios que alavancam a acumulação, ao passo que a necessidade de adquirir créditos onerosos diminui – para a compra de escravos – diminui. Ou seja, parte do excedente da produção agrícola que era apropriada pelo capital bancário, passa a permanecer na mão do grande produtor rural.

Acerca da indústria têxtil, Versiani e Versiani (1973) apontam que antes da I Guerra Mundial, o Brasil passou por quatro momentos de alta dos investimentos no setor têxtil, sendo o primeiro na década de 1840; o segundo, entre 1870 e 1875, com a criação de algumas fábricas de certa importância no RJ e SP; o terceiro, ocorreu entre 1885 e 1895; por último, de 1905 até a I Guerra (1914), por meio de um aumento acelerado da capacidade produtiva, inclusive com expansão dos estoques de teares.

Em suma, o nascimento da indústria no Brasil está relacionado ao processo de internalização do excedente, inicialmente, por meio do surgimento do capital comercial, conjuntamente com a abolição da escravidão e a contínua expansão do trabalho livre. Entretanto, a indústria percorre um longo período até que ela se torne o centro dinâmico de nossa economia.

É a partir da década de 1930, como foi mencionado anteriormente, que a indústria no Brasil dá um salto de qualidade. Não apenas o setor industrial passa a se desenvolver rapidamente, como a acumulação de capital e o crescimento econômico entram em franca ascensão. Por exemplo, de 1930 a 1980, o Brasil apresentou uma taxa de crescimento anual de 6,4%<sup>13</sup>. Por isso, o biênio de 1929/1930 é um marco divisório na histórica econômica do país. Naquele momento, a crise do setor agroexportador, resultante da Grande Depressão, coloca o modelo baseado na exportação de café em questão, e também a hegemonia dos cafeicultores dentro do Estado. Ou seja, para além das modificações na estrutura econômica do país, também ocorrem transformações nos grupos sociais dominantes, culminando em uma nova conformação da dominação política por meio do Estado. Sobre isto, Cardoso e Faletto (1973, p.66-67) afirmam que

A política de Vargas cria, com posterioridade, uma nova base econômica que fortalecerá a burguesia urbana e integrará as classes médias e limitados setores das classes populares das cidades; sem prejudicar economicamente os setores agro-exportadores [sic]; mais ainda, em poucos anos, tratou Vargas de recuperar o apoio de alguns setores dominantes da etapa anterior, inclusive o dos cafeicultores, a fim de constituir uma nova aliança nacional de poder, que, apesar de excluir o campesinato, incorporava lentamente os setores populares urbanos. Essa política sustentou no plano econômico a defesa do nível de emprego e, por

---

<sup>13</sup> <https://diplomatieque.org.br/a-dependencia-redobrada/>.

consequente, do mercado interno e da indústria nacional, por meio de fortes investimentos estatais na infra-estrutura [sic] assim como pela ampliação dos controles governamentais.

Com esta configuração de poder, tem-se um novo pacto entre as diferentes frações da burguesia, agora, com a crescente participação da fração industrial, a qual começa a apresentar maior relevância no cenário nacional. O processo de desenvolvimento alicerçado no capital privado interno e nos recursos estatais, baseado na substituição das importações, segue complexificando a estrutura produtiva da nossa economia, dessa forma, os bens que são substituídos estão em constante transformação e passam a exigir técnicas cada mais modernas de produção. Paralelo à industrialização está se desenvolvendo um mercado interno, e este necessita, de acordo com Cardoso e Faletto (1975, p. 94-95), de capitais que sejam reinvestidos no país, disponibilidade de divisas para financiamento da indústria, potencial empresarial (público e privado) para arcar com os investimentos, e uma limitada distribuição de renda para incorporação das massas, mesmo de forma restrita.

A partir deste momento, a industrialização por substituição de importações se torna o motor do desenvolvimento capitalista. Neste processo, ocorre uma “divisão” entre a atuação do Estado e a do setor privado industrial, em que o primeiro realiza investimentos nos setores de infraestrutura e indústria de base (como a mineração e metalurgia), enquanto o segundo, por apresentar uma acumulação restringida de capital, delimita-se aos setores que necessitam um menor volume de capital, e que os investimentos precisam de um menor tempo de maturação<sup>14</sup>.

A aliança realizada para dar seguimento à industrialização, denominada de “desenvolvimentista”, é, segundo Cardoso e Faletto (1975, p. 95) composta pela burguesia industrial, burocracia estatal, pelos setores popular-operário e o agroexportador<sup>15</sup>. Para o sucesso desta aliança, é necessário que os três primeiros grupos sociais consigam impor o controle sobre os capitais e as divisas; paralelamente, este pacto também depende de um fator externo: o preço das mercadorias exportadas. É necessário que estas estejam em uma situação favorável no mercado internacional, para que seja possível a remuneração do setor agroexportador, ao mesmo tempo que se utilizem mecanismos de retenção cambial; em outras palavras, seja possível redistribuir a renda favorecendo o setor industrial em detrimento dos exportadores.

Essa industrialização teve custos políticos, e começou a apresentar seus limites na década de 1950,

---

<sup>14</sup> Por exemplo, a Companhia Siderúrgica Nacional começou a ser construída em 1941, mas só foi inaugurada em 1946. <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN>.

<sup>15</sup> Percebe-se que a massa trabalhadora rural foi excluída desta aliança, fato expresso nas Leis Trabalhistas ficarem limitadas aos trabalhadores urbanos. Conforme Cardoso e Faletto (1975) defendem, isto foi necessário para manter a burguesia rural dentro do pacto desenvolvimentista.

[...] as práticas de controle e de taxas múltiplas de câmbio favoreciam o setor interno (privado e público), em detrimento dos setores exportadores; por conseguinte, estes últimos nunca deixaram de protestar contra a intervenção do Estado na fixação de taxas cambiais diferenciadas. É certo que os preços internacionais favoráveis ao café até 1953 permitiram que os setores agrários suportassem, sem prejuízos para seus níveis de renda, a política de proteção e de rápida expansão do setor interno; entretanto, até 1954, quando começa a mudar a conjuntura, a aliança varguista alcançou seus limites: parte dos setores agrários uniu-se à oposição de classe média urbana, fato que se somou à pressão não só dos grupos financeiros internos mas também internacionais. O início de uma nova conjuntura desfavorável para o café foi aproveitado pela política norte-americana para pressionar Vargas, que havia do bastante longe com sua política nacionalista. (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 117).

Após o curto interregno devido ao suicídio de Vargas (1930-1945; 1951-1954), a aliança desenvolvimentista toma um novo caminho: a capitalização de recursos estrangeiros com o governo Kubitschek (1956-1961). Esta política, no curto prazo, foi capaz de manter a aliança existente, permitindo que os aumentos salariais para as camadas populares fossem atendidos e suportados pela burguesia industrial nacional. Ao mesmo tempo, ela resultaria no fortalecimento do empresário nacional, agora, associado ao capital estrangeiro. “Pôde então haver desenvolvimento a despeito da instabilidade política”. (CARDOSO; FALETTO, 1975, p. 117).

Após o fim do governo de Juscelino, são eleitos Jânio Quadros (01/1961- 08/1961) para presidente, e João Goulart (1961-1964) como vice; o primeiro pela UDN, e o segundo pelo PTB, que são partidos de alas opostas. Isto já demonstrava o prenúncio da crise política que estava por vir, a qual estava diretamente associada a instabilidade econômica existente.

É no governo de Jango que a aliança desenvolvimentista se desfaz. As pressões populares por maiores salários atingem patamares não mais aceitáveis pelos empresários industriais, e a possibilidade de realizar uma reforma agrária era inaceitável para a grande burguesia rural, sendo que naquela conjuntura política, o governo – apoiado nos trabalhadores da cidade e na massa rural – não obteve a força necessária para impor às classes dominantes do campo e da cidade aquilo que estava defendendo: reforma agrária e aumento salarial.

Na opinião de Cardoso e Faletto (1975, p. 120), existiam três opções possíveis para seguir o processos de industrialização e desenvolvimento, sendo a primeira a internacionalização do mercado interno, ou seja, a abertura do país ao capital estrangeiro; a segunda, uma transformação radical da sociedade rumo ao socialismo; por último, a imposição da hegemonia da indústria nacional, para assegurar seus interesses, enfrentando o setor agroexportador (o qual só seria possível com a manutenção do preço dos produtos exportados) e implementar um política de contenção salarial.

Com o Golpe Militar de 1964, ocorre o rearranjo nas relações entre os diferentes grupos sociais e um novo pacto é estabelecido. No bloco dominante, estão os empresários urbanos, os

latifundiários, a crescente participação do capital estrangeiro na industrialização que se segue; entretanto, agora, alicerçado no tripé: capital estatal, capital industrial nacional e capital estrangeiro. Do outro lado, estão os setores sociais que arcaram com os custos do desenvolvimento, ou seja, a massa de trabalhadores rurais (a qual já estava excluída dos ganhos da industrialização), e os trabalhadores urbanos.

A maior participação do capital estrangeiro está vinculada à uma nova conjuntura internacional: a partir da década de 1950 aumenta o fluxo de capitais do centro do sistema para a periferia econômica, ampliando sua área de atuação para o setor produtivo manufatureiro; alia-se, pois, uma demanda nacional (por mais capital para seguir o processo de desenvolvimento das forças produtivas) aos interesses do capital internacional. Acerca desta nova configuração, Cardoso e Faletto comentam (1975, p. 123-124)

Desse modo reforça-se o setor industrial e define-se uma pauta peculiar de industrialização: uma industrialização baseada em um mercado urbano restringido, mas suficientemente importante, em termos da renda gerada, para permitir uma 'indústria moderna'. Evidentemente, esse tipo de industrialização vai intensificar padrão de sistema social excludente que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas, mas nem por isso deixará de converter-se em uma possibilidade de desenvolvimento, ou seja, um desenvolvimento em termos de acumulação e transformação da estrutura produtiva para níveis de complexidade crescente. Esta é simplesmente a forma que o capitalismo industrial adota no contexto de uma situação de dependência.

Evidencia-se que a industrialização brasileira não é um mero reflexo da imposição do capital estrangeiro, os quais acabam se articulando com interesses internos. Dessa forma, estão colocadas as bases para um desenvolvimento dependente-associado ao capital estrangeiro. Como a história mostra, a indústria no Brasil apresentou altas taxas de expansão após o golpe militar, especialmente no Milagre Econômico (1967-1973) e com o II PND (1975-1979).

Por outro lado, as bases em que isto se deu, ou seja, no tripé Estado, capital privado nacional e capital estrangeiro, fez com que parte do desenvolvimento estivesse dependente de decisões externas ao nosso país, fora do nosso domínio, ficando submetida, em certa medida, ao capital internacional. Disto, depreende-se que a autonomia nacional se tornou mais suscetível ao mercado internacional. Parte crescente do excedente criado em solo nacional é destinado para o exterior, por meio do pagamento de lucros, juros e dividendos. A decisão de reinvestimentos é realizada nas matrizes dessas empresas estrangeiras. Em suma

[...] esse tipo de desenvolvimento continua supondo heteronomia e desenvolvimento parcial, daí ser legítimo falar de países periféricos, industrializados e dependentes. [...] em dois sentidos mantêm-se as características de heteronomia: o desenvolvimento do setor industrial continua dependendo da 'capacidade de importação' de bens de capital e de matérias-primas complementares para o novo tipo de diferenciação do sistema produtivo

(o que conduz a laços estreitos de dependência financeira), e ademais essa forma de desenvolvimento supõe a internacionalização condições do mercado interno. (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 127-128)

Em outras palavras, o avanço do processo de industrialização, da complexificação da estrutura produtiva, por meio da integração da economia nacional ao mercado mundial, ocorre por meio de um processo que restringe as possibilidades nacionais de política econômica. Assim,

[...] para o novo tipo de desenvolvimento, os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional. (CARDOSO; FALETTTO, 1975, p. 130).

Como resultado, nesta etapa o desenvolvimento não deixa de existir, apenas tem seu caráter modificado. A dinâmica foi alterada, e os “interesses externos” passaram a ganhar maior relevância na formulação da política econômica interna. O conceito utilizado por Cardoso e Faletto (1975) para caracterizar esta transformação, é de “internacionalização do mercado interno”. De acordo com os autores, este conceito expressa a ideia de que atual forma do desenvolvimento dependente diz respeito ao controle cada vez maior da economia periférica pelas grandes empresas monopolísticas internacionais.

#### 4. Conclusão

Buscou-se exemplificar a ideia de desenvolvimento contida em Furtado e, em seguida, foi apresentado o que se pode derivar da teoria marxista sobre o desenvolvimento, visto que na época de Marx, a questão da relação centro-periferia, e do desenvolvimento desigual não estava posta, sendo desenvolvida após a morte do escritor<sup>16</sup>. É possível, com certas limitações, apontar que o desenvolvimento para Marx, estava relacionado à acumulação de capital, com aumento da composição orgânica do capital – processo contraditório, permeado por crises cíclicas. Portanto, o que foi feito, na verdade, foi buscar a compreensão original de Marx, e desenvolvê-la para o caso brasileiro, com o auxílio de alguns teóricos marxistas, como Florestan, e da obra “Dependência e Desenvolvimento”, de Cardoso e Faletto que guarda raízes no marxismo.

Como pode ser visto, a visão de Furtado guarda certa semelhança com certos aspectos do campo marxista sobre o processo de desenvolvimento, apesar que este autor em nenhum momento

---

<sup>16</sup> A ideia de desenvolvimento em termos marxistas foi abordada privilegiando os escritos do próprio Marx, e de Cardoso e Faletto (1975), e brevemente de Florestan Fernandes (2008). Acerca disto, cabe salientar que pelo limite do presente trabalho, não foi abordado a questão do desenvolvimento dentro da Teoria Marxista da Dependência, a qual apresenta um entendimento diferente de Cardoso e Faletto.

de sua vida tenha se afirmado marxista, pelo contrário, dizia abertamente que não era. O lugar comum para Furtado e o marxismo sobre desenvolvimento abrange certos aspectos, como a ideia do avanço das forças produtivas (técnicas de produção, maior divisão do trabalho, modernização das máquinas e equipamentos, crescimento da relação entre capita-trabalho, etc.). Também diz respeito à “autonomia” da nação, ao estabelecer seus objetivos econômicos, e a capacidade de realizar políticas econômicas para realização dos mesmos. A questão da autonomia está diretamente vinculada à magnitude da dependência e aparece no trabalho de Florestan, quando este discute a “condição heteronômica” do Brasil.

Como peça fundamental do desenvolvimento, consta o papel da indústria, portanto, do processo de industrialização. Neste ponto, parece ser possível apontar uma certa diferença entre o pensamento furtadiano e os marxistas, em especial, Cardoso e Faletto. A indústria, para ambas correntes teóricas necessita de acumulação de capital, entretanto, para Furtado, o consumo parece ter um papel maior do que para os marxistas. Conforme o autor aponta, a procura (demanda) ocupa um papel “ancilar”, ou seja, secundário; ao mesmo tempo, em outros momentos da sua obra, Furtado afirma ser necessário um certo grau de demanda para que a ociosidade da indústria não seja demasiadamente grande, pois, caso isso aconteça, a lucratividade irá cair, prejudicando o desenvolvimento da indústria. A partir disto, é possível debater que a distribuição de renda em favor dos trabalhadores seria benéfica para a acumulação de capital, algo negado por Marx.<sup>17</sup>

Para Marx (2017), o central é a taxa de lucro. E como apontam Cardoso e Faletto (1975), as pressões salariais da década de 1950 e 1960 se mostraram como um empecilho para a continuação da acumulação de capital, pois, pressionavam para um tensionamento irremediável com a burguesia industrial, sendo resolvido de forma momentânea com a entrada de capitais no governo de Kubitschek, e posteriormente, por um longo período, com o golpe militar e o arrocho salarial.

A partir disto, a questão do desenvolvimento dentro dos limites de uma sociedade capitalista no Brasil parece restringir fortemente o acesso da grande massa trabalhadora à uma renda mais alta, dentro da ótica marxista, o que para Furtado não parece ser uma necessidade, mas a opção encontrada pelos setores dominantes. Para os marxistas o processo de industrialização não supera a contradição entre capital e trabalho, isto significa, que os trabalhadores vão seguir sendo explorados, sendo que em algumas conjunturas menos, e em outras mais, a depender da correlação de forças;

---

<sup>17</sup> De acordo com Marx (2014, p. 572-573) “É pura tautologia dizer que as crises surgem da falta de um consumo solvente, ou da carência de consumidores solventes. [...] Mas caso se queira dar a essa tautologia a aparência de uma fundamentação profunda, dizendo que a classe trabalhadora recebe uma parte demasiadamente pequena de seu próprio produto, de modo que o mal seria remediado tão logo ela recebesse uma fração maior de tal produto e, por conseguinte, seu salário aumentasse nessa proporção, bastará observar que as crises são sempre preparadas num período em que o salário sobe de maneira geral e a classe trabalhadora obtém realiter [realmente] uma participação maior na parcela do produto anual destinada ao consumo.”.

em última instância, para os marxistas “radicais”, é necessário a superação do modo de produção capitalista, e a partir disto, iniciar-se-á o verdadeiro processo de desenvolvimento. Já para Furtado, o processo de desenvolvimento seria algo possivelmente benéfico aos capitalistas e para os trabalhadores, visto que com o desenvolvimento da produtividade, é possível elevar os lucros e os ganhos dos trabalhadores. Dessa forma, talvez seja esta a principal diferença entre o pensamento de Furtado e o do marxismo acerca das possibilidades do desenvolvimento dentro dos limites do sistema capitalista.

## Referências bibliográficas

AREND, Marcelo. **A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho**. Texto para discussão, IPEA. 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: Ensaio de interpretação sociológica. Terceira Edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Editora Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. **Formação econômica do Brasil**. Companhia das Letras, 2020.

\_\_\_\_\_. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2021.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital (e-book). São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Livro 2: O processo de circulação do capital (e-book). São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Livro 3: O processo global da produção capitalista (e-book). São Paulo: Boitempo, 2017.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SUZIGAN, Wilson. **Industrialização e política econômica**: uma interpretação em perspectiva histórica. IPEA. 1975. Disponível em:

<https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/646/588>. Acesso 19 de jan de 2022.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa RO. **A industrialização brasileira antes de 1930**: uma contribuição. Estudos Econômicos (São Paulo), v. 5, n. 1, p. 37-63, 1975.